

TELEALARME BRASIL EIRELI.
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
E-MAIL: licitações@telealarmebrasil.com.br

À PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

ILMO (A) SR (A) PREGOEIRO (A).

REF.: CARTA CONVITE Nº 01/2017

ABERTURA DA SESSÃO: 17/02/2017 – 14H

TELEALARME BRASIL EIRELI, sito Av. Saldanha Marinho, 16A – Centro, CEP 96.020-370, Pelotas/RS, inscrita sob C.N.P.J. Nº 87.215.299/0001-80, devorante denominada **IMPUGNANTE**, respeitosamente perante V.Sa. fundamentado no artigo 41 da Lei 8.666/93, apresentar a presente **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

OBJETO DA LICITAÇÃO: *“contratação de empresa para realização de serviço de rastreamento e monitoramento de veículos e máquinas”.*

Em observância as Leis Licitatórias, esta IMPUGNANTE vem requerer que a Ilma Comissão avalie esta peça de impugnação e consequentemente reavalie o presente edital convocatório.

I. ATESTADOS TÉCNICOS REGISTRADOS NO CREA

O Edital é omissso no que refere à INDISPENSÁVEL exigência de apresentação de atestados de capacidade técnica em nome da empresa licitante e do seu responsável técnico, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, **DEVIDAMENTE REGISTRADO NO CREA (certidões de acervo técnico - CAT)**, a fim de comprovar a prestação de serviços de características semelhantes ao licitado.

É oportuno alertar para o fato de que a comprovação de capacitação técnico-profissional (do responsável técnico) e técnico-operacional (da própria empresa licitante) tem por principal intuito evitar prejuízos à Administração advinda da contratação de empresas inidôneas. A exigência de capacitação da empresa e de seu corpo técnico visa exatamente salvaguardar o interesse público de aventureiros ou de licitantes de competência estrutural, administrativa e organizacional duvidosa.

Dispõe a Lei 8.666/93 o seguinte:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

Ainda que a Lei de Licitações defina a emissão do atestado como um ato declaratório do contratante, a análise do art. 30 da Lei nº 8.666/93 deve ser sopesada conjuntamente com o disposto nos arts. 13 e 14 da Lei nº 5.194/66, os quais obrigam que os elementos quantitativos e qualitativos relativos à obra ou serviço realizado sejam declarados por profissional habilitado, uma vez que o leigo não possui conhecimento técnico para fazê-lo. Vejamos:

Art. 13. Os estudos, plantas, projetos, laudos e qualquer outro trabalho de engenharia, de arquitetura e de agronomia, quer público, quer particular, somente poderão ser submetidos ao julgamento das autoridades competentes e só terão valor jurídico quando seus autores forem profissionais habilitados de acordo com esta lei.

Art. 14. Nos trabalhos gráficos, especificações, orçamentos, pareceres, laudos e atos judiciais ou administrativos, é obrigatória além da assinatura, precedida do nome da empresa, sociedade, instituição ou firma a que interessarem, a menção explícita do título do profissional que os subscrever e do número da carteira referida no Ed. extra 56.

Art. 15. São nulos de pleno direito os contratos referentes a qualquer ramo da engenharia, arquitetura ou da agronomia, inclusive a elaboração de projeto, direção ou execução de obras, quando firmados por entidade pública ou particular com pessoa física ou jurídica não legalmente habilitada a praticar a atividade nos termos desta lei.

Em razão do grau de especificidade dos dados constantes dos atestados, visando subsidiar a análise de compatibilidade de características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, a certificação pelo CREA se mostra imprescindível, por permitir a confirmação da veracidade dos dados ali constantes.

Pelotas - Avenida Saldanha Marinho, 16 53 - 3284.3050
Rio Grande - Avenida Rheingantz, 76 53 - 3233.4044
Porto Alegre - Avenida Bento Gonçalves, 486 51 - 3232.1020
www.telealarmebrasil.com.br

inviabilizando com isso a participação no certame de empresas que não atendem aos critérios de capacitação técnico-profissional.

Exigindo o objeto pretendido pela Administração o indispensável registro e habilitação da empresa e responsável técnico perante o CREA, consequência é a exigência de atestados de qualificação técnico-profissional devidamente registrado naquela entidade.

No que tange a necessidade dos atestados técnicos referentes à qualificação técnico-profissional ser registrados no CREA, atenta-se aos termos do Manual de Procedimentos Operacionais do Tribunal de Contas da União:

"1. Do atestado

O atestado é a declaração fornecida pelo contratante da obra ou serviço, pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, que atesta a execução de obra ou a prestação de serviço e identifica seus elementos quantitativos e qualitativos, o local e o período de execução, os responsáveis técnicos envolvidos e as atividades técnicas executadas.

1.1. É facultado ao profissional requerer o registro de atestado fornecido por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado contratante com o objetivo de fazer prova de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos.

(...)

1.3. Recomendação

Esclarecer às comissões de licitação, aos profissionais e às empresas que:
- o atestado registrado no CREA constituirá prova da capacidade técnico-profissional para qualquer pessoa jurídica desde que o profissional citado na CAT"

II. NECESSIDADE DE LICENÇA PARA UTILIZAÇÃO COMERCIAL DOS FORNECEDORES DE MAPAS

O presente edital é omissivo no que se refere à utilização dos mapas. Para que haja o rastreamento dos veículos é necessário que a empresa tenha autorização para utilizar os mapas. Vejamos:

Toda empresa que utiliza a plataforma do Google Maps, para rastreamento de ativos, deverá, **obrigatoriamente**, ter um contrato de licença do uso dos mapas. A utilização dos mapas sem a licença acarretará em suspensão dos serviços sem aviso prévio. Sem os mapas, a empresa vencedora não conseguirá cumprir o objeto licitado, causando prejuízo a contratante. Essa regra serve para todos os tipos de mapas, não somente ao Google Maps.

A única empresa no Brasil que é habilitada a fornecer a licença do uso dos mapas do Google é a GEOAMBIENTE SENSORIAMENTO REMOTO LTDA, que está localizada na cidade de São José dos Campos – SP.

A omissão desse pedido é **GRAVE**, pois o uso indevido e não autorizado pelo proprietário dos mapas, por empresas atuantes no mercado, gera problemas judiciais, inclusive ao contratante.

Acreditamos que a prefeitura deve se resguardar de qualquer inconveniente e se prevenir de possíveis problemas, excluindo assim, a necessidade de cancelar contrato por não cumprimento do objeto.



O Departamento Estadual de Trânsito do Rio Grande do Sul (DETRAN/RS) exigiu, em seu processo licitatório, através da Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELICS – Nº 007/CELIC/2016 (Anexos I e III) que a empresa vencedora do certame de rastreadores, apresentasse o contrato com o Provedor dos Mapas, pois entendia que a não exigência seria um erro, caso o serviço fosse interrompido intempestivamente, causando prejuízos à Administração Pública.

III. DO PEDIDO

Aludidas às razões que balizou a presente Impugnação, esta IMPUGNANTE requer com base na Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, bem como as demais legislações vigentes, o recebimento, análise e admissão desta peça, para que o ato convocatório seja retificado nos assuntos ora impugnado, sendo esta a única forma de se recuperar a característica essencial da disputa.

Nestes Termos
Espera Deferimento

Pelotas, 13 de fevereiro de 2017.



TELEALARME BRASIL EIRELI

Ivam Nunes de Matos
Superintendente

Identidade nº 701447441

CPF nº 322.533.540-15

Telealarme Brasil

Ivam Matos
Superintendente